

# DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DE UMA CIDADE LATINO-AMERICANA: O CASO DE OLINDA (PERNAMBUCO-BRASIL) – 1535 A 1930

Roberto Silva de Souza<sup>1</sup>

## RESUMO

A história da fundação da antiga cidade de Olinda, localizada no estado de Pernambuco (Brasil) inicia-se paralelamente e no contexto da distribuição de sesmarias, tanto rurais como urbanas. Os quase quatro séculos de história desse núcleo urbano original – engendrado como consequência do processo de colonização portuguesa –, revelam eventos que se anteciparam ao processo de expansão física da metrópole do Recife – cujo município se encontra contíguo àquele olindense – sobre os limites do território municipal da Olinda atual. Este artigo reúne extratos do capítulo introdutório da tese de doutorado em Geografia que buscou reunir aspectos da cidade antiga de Olinda, antes do processo mais recente de parcelamento do solo. Seu objetivo é estabelecer uma reflexão, ainda que em linhas gerais, acerca do processo de desenvolvimento territorial do núcleo urbano olindense, destacando seu dinamismo, estagnação e indicadores de “renascimento”, durante o longo período considerado (1535-1930), enquanto procedimentos antecipatórios aos supracitados parcelamentos urbanos. A parte da pesquisa que legou elementos para a concretização do referido capítulo, bem como deste artigo, se traduziu por um esforço em reunir dados que auxiliassem na metodologia do objeto do estudo do doutorado, à luz da Geografia Urbana Histórica, observando o caso de Olinda sob a categoria de *Formação Social*, transmitida pelo pensamento do Professor Milton Santos, nos finais da década de 1970. Portanto, os principais aportes desse momento da pesquisa, foram as características da cidade antiga e do território municipal, por meio de sua evolução até 1930. Para tanto, se fez necessário o acesso a diversas fontes documentais, junto a arquivos públicos, e utilização de fontes bibliográficas que resultaram, também, em confecção de mapas temáticos. Assim, o artigo encontra-se dividido em três momentos: de 1535 a 1630 (processo de fundação da cidade e sua evolução, anterior à invasão holandesa a Pernambuco); de 1630 a 1654 (a vila de Olinda sob a invasão holandesa); e de 1654 a 1930 (da expulsão dos holandeses aos indicadores do “renascimento” da cidade). Dentre as considerações finais, admite-se que o período analisado foi revelador de processos gerais que perpassaram a história do núcleo urbano olindense: dinamismo (1535 a 1630), “ruína” (1630 a 1654) e estagnação/“renascimento” (1654 a 1930).

**Palavras-chave:** Desenvolvimento territorial. Cidade latino-americana. Olinda (Pernambuco-Brasil).

## INTRODUÇÃO

O tema a ser discutido neste trabalho poderia evidenciar uma dimensão econômica, social ou cultural de uma cidade latino-americana, originada no Brasil do passado, como bem enfatizou Abreu (1996), mas optou-se, aqui, em aprofundar a reunião de dados acerca do desenvolvimento territorial. De acordo com Braudel (2005, p. 458), “uma cidade cresce em um determinado lugar, casa-se com ele e nunca mais o abandona, salva raríssimas exceções.” Esse

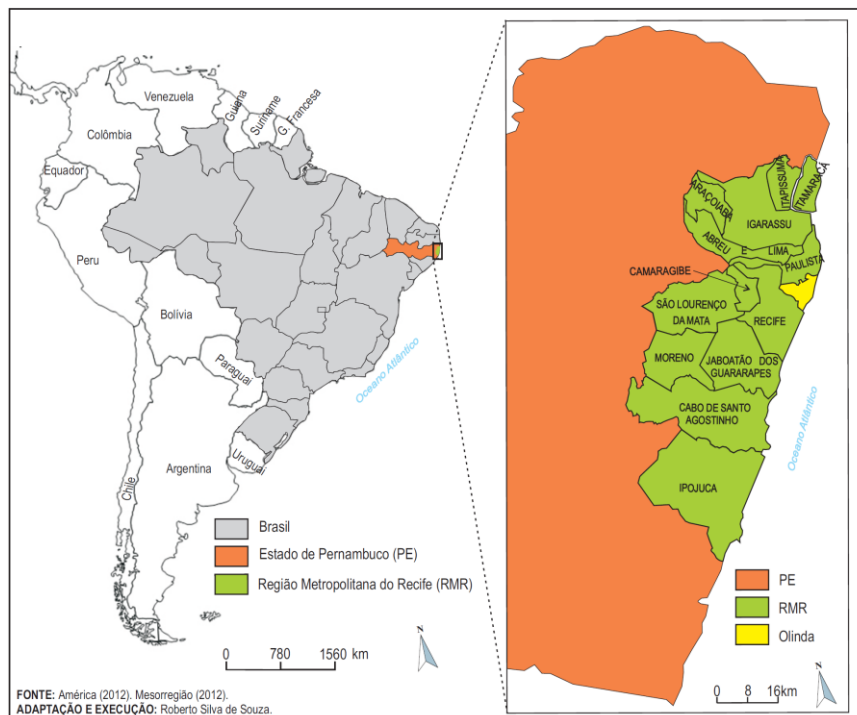
---

<sup>1</sup> Professor Adjunto da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). E-MAIL: rmichilles@yahoo.com.br

“crescimento” diz respeito ao desenvolvimento territorial de determinado núcleo, constituindo formas geográficas, ao longo do tempo, por intermédio de processos sociais.

O procedimento de disposição das formas morfológicas, com seus conteúdos, constituindo a materialidade social de um núcleo urbano, permite não apenas o surgimento das respectivas vias, porém aponta para o contexto histórico impresso no modo de urbanização. Nas reflexões de Barros (2007, p. 52), verifica-se que “[...] as formas urbanas são produtos da história.” Logo, o desenvolvimento territorial das cidades está relacionado com processos históricos gerais e as especificidades locais, tal como Vasconcelos (2002) concebeu para seu trabalho.

Isto se traduz como um estudo de suma importância, uma vez que “as formações urbanas brasileiras devem ser objeto de interesse científico” (REIS FILHO, 1968, p. 15), bem como se resgata a história da cidade para o entendimento de sua geografia (VASCONCELOS, 1994). Então, o processo histórico de desenvolvimento do núcleo urbano de Olinda – município inserido no estado de Pernambuco e, mais precisamente, na Região Metropolitana do Recife (RMR) (figura abaixo) – inicia-se pela escolha de sua localização, correspondendo a uma prática de seletividade espacial necessária, devido à conjuntura determinada pelas situações então vivenciadas. Deste modo, opta-se por um sítio elevado para a instalação da então vila olindense em que pesaram os atributos físicos do lugar, demonstrando estratégias do donatário na defesa da população – e do sucesso de seus interesses, também.



Ali, implantava-se, então, a sede da capitania, cujo *status* permaneceria por quase trezentos anos, com exceção do período holandês. Aponta-se, como o fez Vasconcelos (2004), que o desenvolvimento desse núcleo olindense, bem como o de sua região, foi uma consequência positiva dos investimentos dos primeiros donatários. Na verdade, Olinda tornou-se importante como centro da área onde foi implantada a cultura canavieira, valendo-se do porto natural do Recife para a exportação dessa produção.

Mas, com o resultado das políticas batavas, o núcleo urbano de Olinda passará por processo de ruína e estagnação, no tocante, também, ao seu desenvolvimento territorial. A área em torno do Recife, preferida pelos holandeses, incorporará processos que permitirão a expansão de seu núcleo, em detrimento ao da então sede da Capitania. Até as três primeiras décadas do século XX, o núcleo urbano olindense – mesmo considerando o pequeno território municipal atual – havia incorporado um desenvolvimento territorial muito modesto, embora o tenha apresentado em certa medida, em direção ao mar, devido às práticas de veraneio.

Convém frisar que este trabalho reúne dados coletados de fontes pesquisadas, no sentido de realização do segundo capítulo da tese de doutorado em Geografia, defendida na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sob a orientação do Prof. Dr. Jan Bitoun (SOUZA, 2011). Seu objetivo é estabelecer uma reflexão, ainda que em linhas gerais, acerca do processo de desenvolvimento territorial do núcleo urbano olindense, destacando seu dinamismo, ruína e estagnação/“renascimento”, durante o longo período considerado (1535-1930).

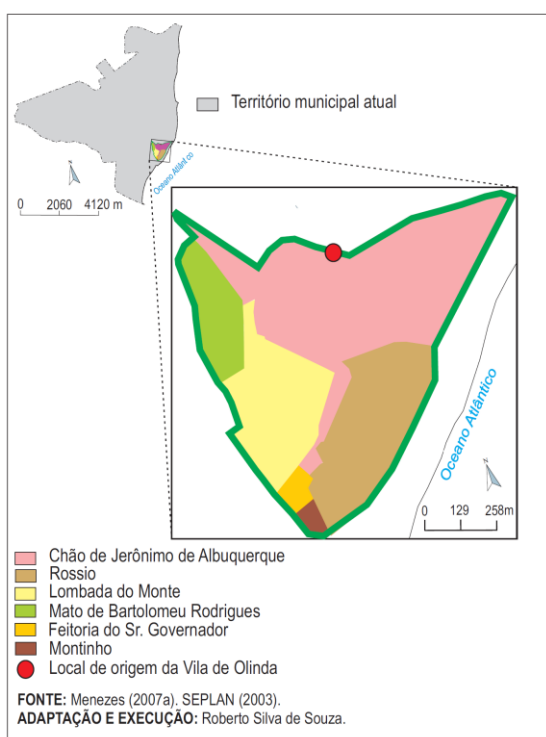
Inicialmente, o artigo enfoca o processo de fundação da vila de Olinda e seu dinamismo, compreendido no período de 1535 a 1630. Em segundo lugar, são abordadas questões acerca do núcleo urbano e sua “ruína”, durante a invasão holandesa (1630 a 1654). Finalmente, destacam-se fatos após a expulsão dos holandeses, indicadores da estagnação e “renascimento” de Olinda até as três primeiras décadas do século XX (1654 a 1930).

## **1 O PROCESSO DE FUNDAÇÃO DA VILA DE OLINDA E SEU DINAMISMO NO PRIMEIRO SÉCULO DO PERÍODO COLONIAL BRASILEIRO (1535 A 1630)**

Ao chegar ao Brasil, o donatário, Duarte Coelho Pereira, partiu de Igarassu (litoral extremo norte da Capitania), no ano em que aí aportara, em 1535, com uma comitiva, e acessou à colina do Alto da Sé, sobre a qual instalou um “povoado” (DUARTE, 1976). Este momento não representou sua estada definitiva em Olinda, mas, apenas, em 1537, quando funda a vila, possivelmente anterior à Carta de Doação (Foral de Duarte Coelho), datada de 12 de março de 1537 (MENEZES, 2002).

Sobre “o lugar escolhido por Duarte Coelho para o levantamento da cidade”, o escritor e historiador, Manuel Lubambo, em artigo, de 1937 (LUBAMBO, 1956), admitiu que o bom desempenho da “vila duartina” se deveu à topografia sobre a qual ela foi erguida, contribuindo para o domínio da paisagem. Andrade (1997, p. 21) salientou que Olinda era uma cidade em acrópole, para sua melhor defesa.

O donatário tentou criar um porto na “Feitoria Velha de Olinda”, em frente ao Carmo, porém, devido à grande quantidade de arrecifes, isto impossibilitava a entrada dos navios. Mesmo assim, Olinda contou com um porto fluvial, no rio Beberibe (Varadouro), e o porto, pretendido pelo donatário, se estabelecerá a 6 km da sede, caso pouco comum na urbanização portuguesa (informação verbal)<sup>2</sup>.



Para alcançar seus objetivos, o donatário providenciou a doação de sesmarias, tanto rurais (de maiores extensões) como urbanas (figura ao lado). Deste modo, o capitão e seu povo, mais Igreja e Câmara tiveram acesso a terras, estabelecendo formas jurídicas que teriam rebatimento no processo de produção de formas espaciais, no espaço urbano. De acordo com Abreu (1997, p. 197), “a organização territorial é um campo fértil para a descoberta dessas heranças do passado.”

A doação de terras à Câmara consta desde sua fundação. “Os patrimônios municipais destinavam-se a garantir renda para os conselhos, que podiam dividi-los em glebas e aforá-las aos moradores.” (ABREU, 1997, p. 216). Tais patrimônios receberam denominações de “rossio” (da vila, do conselho da Câmara), segundo o mesmo autor.

Destaca-se que “as terras doadas à Câmara passaram a ser então aforadas a terceiros e é possível que o desenho urbano da vila [de Olinda] tenha começado a se delinear a partir dessa forma de distribuição dos lotes urbanos.” (MENEZES, 2002, p. 40).

<sup>2</sup> Prof. Adjunto da UFPE (aposentado), arquiteto e urbanista, José Luiz Mota Menezes, em 17/03/2010.

O primeiro desenho urbano, uma via situada no Alto da Sé, permitia o acesso a dois estabelecimentos religiosos – a Igreja Matriz do Salvador (1537) e a Igreja (e Hospital) da Santa Casa de Misericórdia (1540) – localizados em suas extremidades. Na via, ainda se encontravam moradias – que formavam um corredor, desde a Igreja da Matriz até à da Misericórdia, conforme Menezes (1997) – inclusive a residência do donatário – a Torre, de pedra e cal – e a do governador. Vale frisar que o Foral de Olinda registra “os assentos” do atual Alto da Sé e suas “fraldas” como sendo para “casarias e vivendas” dos “moradores e povoadores”.

Além da Rua dos Nobres (atual, Bispo Coutinho), havia a conhecida como Rua do Val de Fontes (possivelmente com um de seus trechos contemplando a atual Rua Saldanha Marinho e trecho inicial da Estrada do Bonsucesso), embora nenhum equipamento, nesse período, estivesse vinculado a ela, conforme Menezes (1997). Em 1542, existia outra via conhecida como “Caminho que vai para a Fontainha”, depois, “Rua da Bica” – no encontro das atuais ruas Henrique Dias com a Cel. Joaquim Cavalcanti –, para acesso à atual Bica de São Pedro.

As práticas espaciais, pela necessidade de acesso à água, como outras, permitiriam a ocupação de diversos espaços, culminando em um processo crescente de desenvolvimento territorial da vila de Olinda, ao longo dos anos, o que resultaria em uma expansão física, relativamente considerável, mesmo anterior à invasão holandesa. Muito provavelmente, o prolongamento da via “do Val de Fontes”, até as nascentes de água – formadoras do riacho homônimo, depois denominado de Rio Tapado, dentre as quais se encontrava a fonte da atual Bica do Rosário –, estivesse atrelado, estritamente, ao abastecimento da população da vila.

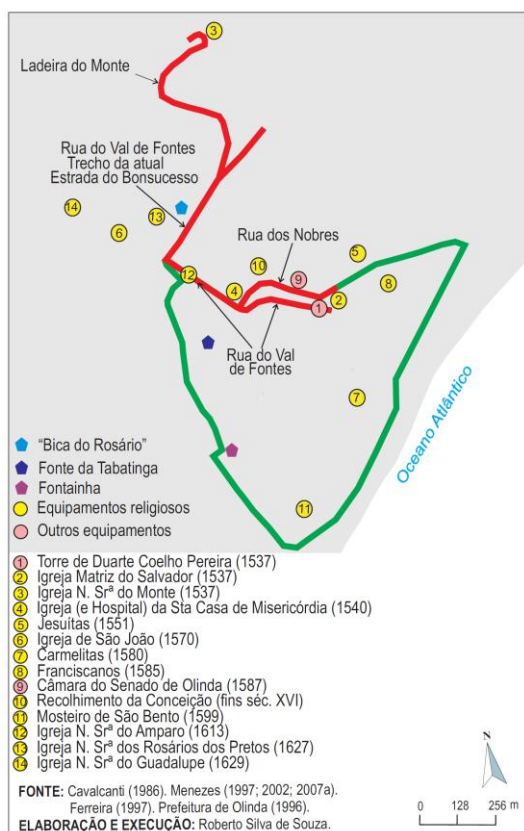
No que diz respeito à monumentalidade das construções, Lubambo (1956) lembrou que enquanto vilas brasileiras possuíam casas de sapé, Olinda fabricava e exportava telhas de barro cozido, apresentando “sólidas casas de pedra e cal”. De acordo com Manguinho (1956), por volta de 1575, a vila de Olinda possuía setecentas casas desse tipo, além de outras construções (edifícios públicos, igrejas, conventos).

Assim, ao contrário da situação da via do Val de Fontes, a Rua dos Nobres, além dos equipamentos citados anteriormente, também registrou, ainda no século XVI, o surgimento da ferraria, bem como o Senado da Câmara e cadeia (1587) e o açougue. Constitui-se, conseqüentemente, a praça (o mercado) da vila.

Também, no mesmo período (século XVI), aparecem ordens religiosas, bem como equipamentos congêneres, tais como: a Igreja de N. Sr<sup>a</sup> do Monte (Capela, de 1537), fora do

contexto da vila<sup>3</sup>; jesuítas (1551), recebendo a Capela de N. Sr<sup>a</sup> da Graça (da década de 1530) e construção do Colégio; Igreja de São João (provavelmente, da década de 1570); os carmelitas (1580) finalizaram a construção do seu convento, em 1588<sup>4</sup>; os franciscanos (1585) concluem seu convento, em 1590<sup>5</sup>; os beneditinos chegam em 1592; Convento ou Recolhimento da Conceição (1585); novo mosteiro de São Bento, no Varadouro (1599), antes localizado na Igreja de N. Sr<sup>a</sup> do Monte.

Em 1602, um documento faz menção à Fonte da Tabatinga (Bica dos Quatro Cantos), segundo Cavalcanti (1986). Relativamente próximo a essa fonte, se ergueria, em 1613 (embora haja quem a aponte como do século XVI), a Igreja de N. Sr<sup>a</sup> do Amparo. Embora Ferreira (1997) assinale a conclusão da Igreja do Rosário dos Pretos como sendo de 1627, Cavalcanti (1986) acredita que ela seja da segunda metade do século XVII, pois se apoia em escritores que afirmam que ela não sofreu o incêndio, de 1631. Em 1629, conclui-se a construção da Igreja N. Sr<sup>a</sup> do Guadalupe.



Evidentemente, o resultado da implantação de todos esses equipamentos – geradores de fluxos – tenha consolidado logradouros que conectariam tais fixos, estimulando, ainda, o aparecimento de outras construções, em suas margens.

A figura ao lado localiza a maioria dos equipamentos, do século XVI, bem como das três primeiras décadas do século XVII, anterior à invasão holandesa.

A posição das propriedades monásticas, instaladas mais a leste, foi uma estratégia, no sentido de evitar males à saúde, pela brisa marinha. Esta era percebida como um vento perigoso (miasmas). Conseqüentemente, o

<sup>3</sup> Acredita-se, aqui, que a Igreja de N. Sr<sup>a</sup> do Monte permitiu o processo de constituição da atual Rua Dom Bonifácio Jansen (Ladeira do Monte), estimulando certa ocupação de suas margens.

<sup>4</sup> No local do assentamento dos carmelitas, próximo ao mar, já existia, uma ermida dedicada a Santo Antonio e São Gonçalo, na qual passaram a residir os religiosos, revelando, anterior a eles, tais práticas no rossio.

<sup>5</sup> Os franciscanos receberam, por doação, uma igreja, dedicada à N. Sr<sup>a</sup> das Neves e um recolhimento para mulheres.

desenvolvimento territorial do núcleo, ocorreu do Carmo para dentro, embora o mar estivesse bem próximo à vila (informação verbal)<sup>6</sup>.

Ao frisar questões acerca da Igreja, um dos agentes “modeladores” das cidades, no período colonial, Vasconcelos (1997) observa o papel do clero regular, apontando seu desempenho na estruturação desses núcleos urbanos, atraindo o crescimento em suas direções. Para Olinda, Menezes (2007b, p. 151) destacou: “talvez a localização das demais construções religiosas [as não presentes no Alto da Sé] tenha direcionado tal crescimento, vez que aquele alto logo se esgotou em espaço para novas casas e igrejas [...]”.

Os parcelamentos ocorridos no núcleo urbano eram realizados à maneira europeia, e, mais particularmente, à luso-ibérica, ou seja, ao longo da rua. Tais lotes eram realizados com dimensões variadas, não havendo, portanto, uma precisão. Os parcelamentos se davam em função das possibilidades de importância de cada um. Portanto, a fragmentação do solo não foi regular, mas seguia os padrões europeus de interesse e consideração (informação verbal)<sup>7</sup>.

Nos núcleos urbanos coloniais, as ruas eram estreitas com nivelamento, geralmente, precário e as praças eram, comumente, irregulares (REIS FILHO, 1968). “Em Olinda, as plantas e vistas mais antigas que se conhece revelam que a mesma ausência de rigidez do traçado das ruas era encontrada no alinhamento de suas praças e terreiros [...]” (p. 145). Segundo George (1983, p. 68), “o estudo atento das plantas das cidades, e, quando isso é possível, das plantas elaboradas em datas suficientemente afastadas umas das outras, já contribui bastante para o conhecimento das formas de desenvolvimento urbano através da história.”

Sobre a evolução urbana da Olinda do século XVI, Lubambo (1956) verificou ser possuidora de uma “senhoril aglomeração urbana, animada de orgulhoso e vivaz espírito local, e não o desolado vilarejo [...] eis o que era a Olinda do século XVI.” (p. 115). Ao parafrasear o historiador Evaldo Cabral de Mello, Vasconcelos (1997) corrobora isto, ao declarar que “um senhor de engenho era também grande proprietário de terrenos e casas em Olinda.” (p. 261).

## **2 O NÚCLEO URBANO DE OLINDA E SUA RUÍNA DURANTE A INVASÃO HOLANDESA (1630 A 1654)**

Em quase um século, após o surgimento do núcleo urbano de Olinda, o desenvolvimento territorial havia se espreado em algumas direções, porém, o litoral, contíguo à dimensão da vila, não apresentava ocupação populacional. “Tal como uma aranha, a vila de Olinda teceu seus fios

---

<sup>6</sup> Prof. Adjunto da UFPE (aposentado), arquiteto e urbanista, José Luiz Mota Menezes, em 17/03/2010.

<sup>7</sup> Idem.

e se interligou com aquelas partes do entorno segundo as necessidades de sua sobrevivência.” (MENEZES, 2002, p. 47).

A evolução da vila, no sentido sul, se justificou pelo fluxo do comércio marítimo que, para tanto, teve a implantação da Alfândega e Feitorias, próximas ao rio Beberibe, no contexto do circuito das exportações e importações (CAVALCANTI, 1986). Provavelmente, este fato justifique o que colocou Braudel (2005, p. 477) ao declarar ser óbvio “que a evolução urbana não se faz sozinha, não é um fenômeno *endógeno* que se desenvolve em recinto fechado. É sempre a expressão da sociedade que a constrange, de dentro mas também por fora [...]” (grifo do autor).

Além das vias citadas no item anterior, outras se encontravam no traçado da vila – do Varadouro, da Feitoria, do Rocha, de Santo Antônio, de São Pedro, da Cruz, da Conceição, do Salvador, de João Affonso, dos Palhaes, da Serralheira, do Carapina, da Figueira, Ladeira da Matriz etc., conforme Cavalcanti (1986) – provavelmente, antes da invasão holandesa.

Em 1630, ocorre a invasão holandesa a Pernambuco. Nesse período do início da ocupação, Olinda contava com uma população de quase 5.000 habitantes (ANDRADE, 1979). É a partir daí que Olinda perderá seu destaque e absorverá modificações, em seu processo de desenvolvimento territorial, em virtude dos fatores que estimularão o crescimento do povoado do Recife, no processo de sua constituição como mais uma cidade que se somaria àquelas sul-americanas.

Ao desenvolver parte de seus estudos acerca de “a originalidade das cidades do ocidente”, Braudel (2005, p. 477) lembrou que, na América, não havia aquelas “estritamente comerciais ou então em posição subalterna”. Ao prosseguir seu pensamento, exemplificou que “Recife – a cidade dos mercadores – ergue-se ao lado da cidade aristocrática de Olinda, a dos grandes proprietários de plantações, *senhores de engenhos* e donos de escravos.” (grifo do autor).

Certo desenvolvimento do Recife se constatara, antes mesmo da invasão holandesa – período entre 1609 a 1630 –, malgrado os impedimentos da Câmara de Olinda e de El-Rei. Mas, provavelmente, isto sucedera por se tratar de um porto e do conseqüente comércio que daí resultou (MENEZES, 2007b).

A ação dos holandeses provocou a transferência de população da vila de Olinda para o Recife, quando promoveu o incêndio, em 24 de novembro de 1631, e posteriores demolições, para aproveitamento das pedras de várias edificações, a fim da realização de novas construções



no Recife (MENEZES, 2002). Autores como Nascimento (2009), comentam que Olinda foi totalmente destruída, tal a situação do núcleo urbano.

Vislumbra-se que, devido à vila de Olinda representar, para os holandeses, parte de uma totalidade concreta, no tocante à sua vinculação ao sistema colonial português – traduzindo-se como um risco às suas conquistas, nessa porção da América –, o processo que delineou sua evolução urbana, foi uma condição para a ação dos batavos. Estes preferiram destruir suas formas morfológicas (incêndio e demolições) – promovendo, conseqüentemente, o desaparecimento de conteúdos sociais, nos respectivos espaços produzidos –, a se instalarem naquele núcleo urbano, por não fornecer garantia as suas conquistas: “perímetro ocupado muito grande” que, para fortificá-lo seria “custoso” (MENEZES, 2002).

Ao contribuir acerca de “questões metodológicas na geografia urbana histórica”, Vasconcelos (1999) enfatizou que os “períodos densos” – também podendo ser de curta duração –, proporcionam “elementos factuais de grande riqueza, a partir de documentação da época, que registram as ocorrências extraordinárias.” (p. 191). Ele exemplifica as “invasões estrangeiras”, bem como os “períodos de guerras limitadas”. Sua ênfase consistiu no contexto de uma das complexidades, relativas ao exame das transformações espaciais das cidades, na longa duração: a relação entre a predominância de “questões do cotidiano” e os “momentos ou períodos que saem da rotina”. No histórico da evolução urbana de Olinda, o período holandês permitiu registros, como gravuras e mapas.

Enfim, esse momento da invasão batava causará mudanças locais fundamentais, pois, os holandeses preferirão a planície, concentrando-se no povoado do porto do Recife. Aí eles constroem pontes, palácios e projetam a edificação de uma cidade moderna, conhecida como a Cidade Maurícia (*Mauritztaad*) (VASCONCELOS, 2004).

O traçado das ruas de Olinda, mesmo com a devastação provocada pelos holandeses, “foi grandemente preservado, talvez motivado pela política de recuperação, vindo daí, ao que parece, uma planta com um plano de loteamento urbano [...]” (CAVALCANTI, 1986, p. 174).

Quanto àqueles “olindenses” que não emigraram para outras porções da colônia, conscientes de sua derrota, ante o invasor, entende-se que eles “aceitaram as condições oferecidas pelos flamengos e começaram a retornar à capital. Iniciou-se logo um movimento no sentido de ser reconstruída a cidade de Olinda.” (MELLO, 2001, p. 63).

Praticamente, seis anos após a destruição da vila, chega o conde Maurício de Nassau, em 1637. Neste ano a Câmara de Olinda perde sua função. Antes disso, o conde havia sido

consultado por ela acerca da possibilidade da ocupação dos terrenos, pelos respectivos proprietários, obtendo deferimento, embora reconstruções já houvessem iniciado. Em 1638, Olinda perde o título de capital. Em 12/09/1641, Maurício de Nassau proibia novas construções residenciais, ameaçando demolições (MELLO, 2001).

Neste processo, Cavalcanti (1986) acredita, quanto à instalação do Palácio dos Governadores – atual prédio da Prefeitura de Olinda, reedificado e reformado, ao longo do tempo –, que “é bem possível que, quando se começou a reconstruir Olinda, ainda no início da dominação, tenham pensado os escabinos localizar em sua sede próxima ao Varadouro vindo daí sua possível construção.” (p. 116).

Em fins do período holandês, Recife apresenta uma população absoluta de 6.000 habitantes, constatando-se um desenvolvimento territorial, em detrimento do ritmo daquele que vinha ocorrendo em Olinda, evidenciando-se o seu processo de decadência.

Com a expulsão dos holandeses, em 1654, houve um esforço para a reconstrução da vila de Olinda, embora fossem privilegiadas as áreas que possuíssem acesso às fontes de água (MENEZES, 1997). Nesse período, Olinda “[...] conserva ainda uma função político-administrativa com uma tendência a constituir-se num núcleo residencial para a aristocracia rural remanescente.” (PREFEITURA DE OLINDA, 1972, p. 3).

### **3 O PERÍODO PÓS-HOLANDÊS: FATOS INDICADORES DA ESTAGNAÇÃO E “RENASCIMENTO” DE OLINDA (1654 A 1930)**

Uma década, após a expulsão dos batavos, Olinda foi reconstruída. Segundo Nascimento (2009, p. 199), “a reconstrução de Olinda se efetivou com grande sacrifício, sendo concluída apenas em 1664.” Ela restabeleceu sua condição de capital, bem como novas edificações aparecem nas porções mais baixas, preferindo-se a localização próxima às fontes de água (potável). Isto se realiza em detrimento da ocupação do Alto da Sé (Rua dos Nobres), posto agora em segundo plano, pois com um pouco mais de 50 metros de altitude (MENEZES, 1997).

É neste momento, pelo que se pode apreender, que o desenvolvimento territorial do núcleo se restabelece e ainda recebe novas edificações para a cota de 20 metros. Subindo, depois<sup>8</sup>, a Ladeira da Ribeira, chegando-se até São Bento. Com isto, formou-se um anel, que descia pelo convento de São Francisco até ao rossio, no Carmo. Em seguida, contornava a

---

<sup>8</sup> Esse “depois”, atrela-se ao processo da reconstrução e implantação de novas edificações, uma vez que o mapa, de 1630, aponta um desenvolvimento territorial que já havia atingido essas áreas.

colina dessa localidade, tendo-se acesso à atual Rua de São Bento, descendo-se para o Varadouro. (informação verbal)<sup>9</sup>.

Acredita-se que, na década de 1660, foi instalada, meio afastada da aglomeração da vila, a Igreja de Nossa Senhora do Desterro com o Convento de Santa Tereza (CAVALCANTI, 1986). No final desse decênio, cinco anos após o preconizado restabelecimento de edificações – embora apresentasse cinco centenas de domicílios, sendo, sua maioria, pobre, bem como equipamentos religiosos com conservação precária – o Governo da metrópole ordenara que as autoridades voltassem a residir em Olinda, malgrado essa deficiência (ANDRADE, 1979).

Mesmo “decadente”, Olinda é elevada à categoria de cidade, em 1676. Então, foi instalada a Diocese, desmembrada do bispado soteropolitano, porém não interferindo, este fato, em seu desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, territorial. Isto a fazia mais dependente do Recife (VASCONCELOS, 2004). Uma década após a criação da Diocese, foi fundada, em 1686, a Igreja de São Sebastião, localizada na atual Rua 15 de Novembro, no Varadouro.

Nas últimas décadas do século XVII, alguns estabelecimentos do Alto da Sé, se instalarão na Ribeira: nova cadeia, açougue e Senado, funcionando na então Rua São Pedro Mártir (atual Bernardo Vieira de Melo), em frente ao atual Mercado da Ribeira. Este pode datar da década de 1680 e, no ano de 1693, aparece como aquele em que, no adro do mercado, havia sido erguido o Pelourinho, bem como da conclusão do Senado (CAVALCANTI, 1986).

O passar da segunda metade do século XVII foi insuficiente para exterminar concorrências entre os senhores de engenho (Olinda) e os comerciantes (Recife). Para solucionar o caso da transferência da Câmara – de Olinda para o Recife –, o Governo português resolveu criar uma nova vila, em detrimento do antigo termo de Olinda. Nascia, assim, em 1709, a vila do Recife (ANDRADE, 1979), cujo fato levou à deflagração da Guerra dos Mascates (1710).

Com a vitória dos interesses recifenses, “[...] Olinda passou a ter um crescimento mais lento e alguns períodos de estagnação.” (ANDRADE, 1979, p. 83). Vale a pena frisar que, por volta do primeiro quartel do século XVIII, estimar-se-á, para Recife, uma população de cerca de 7.000 habitantes, enquanto apenas 3.000 residirão em Olinda, conforme o mesmo autor.

No século XVIII, a cidade de Olinda continuou a assistir a fundações de outros equipamentos religiosos: Nicho no local da futura Igreja da Boa Hora (meados do séc. XVIII); Igreja de São Pedro (Novo) Apóstolo (1752); Igreja do Senhor Jesus do Bonfim (1758); Capelinha no local da futura Igreja de Santa Cruz dos Milagres (1765); Aljube (Cadeia

---

<sup>9</sup> Prof. Adjunto da UFPE (aposentado), arquiteto e urbanista, José Luiz Mota Menezes, em 17/03/2010.

Eclesiástica) (1764); Capela de São Pedro Advíncula (1766). No ano de 1800, após um período de abandono, implanta-se no mesmo local onde funcionava o Colégio dos Jesuítas, o Seminário Diocesano de Olinda, fundado pelo bispo Azeredo Coutinho.

Na primeira década do século XIX, surge a Igreja da Boa Hora (1807) e, também, nas proximidades do Seminário, foi implantado o Jardim Botânico, por volta de 1810. Nesse período, Henry Koster, viajante inglês, se encontrava na Capitania de Pernambuco. Ele, ao percorrer as ruas da cidade olindense, no momento em que seguia para o Engenho Paulista, em 1812, se queixava da situação das vias, denunciando que se encontravam “pessimamente calçadas” (KOSTER, 2003).

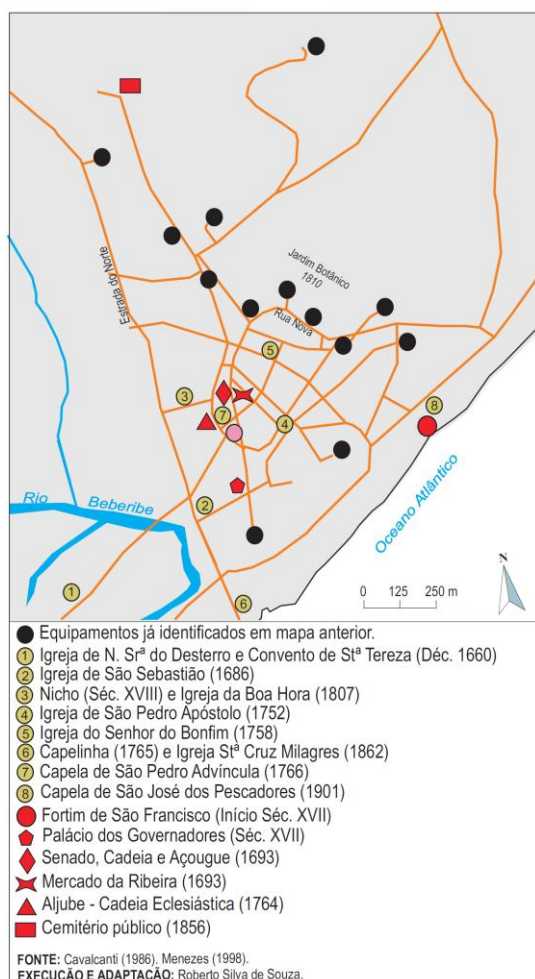
Em uma viagem ao Brasil, Maria Graham encontrava-se em Pernambuco, em 1821, e narrava acerca de Olinda e seu entorno: “fiquei surpreendida com a extrema beleza de Olinda, ou antes, dos seus restos, porque agora está num melancólico estado de ruína. Todos os habitantes mais ricos há muito se estabeleceram na cidade baixa”; “o colégio e a biblioteca de Olinda estão em decadência”; “[...] as construções brancas de Olinda brilhavam como neve.” (GRAHAM, 1990).

Em 1823, a vila do Recife recebe o *status* de cidade e, em 1827, dá-se a transferência da capital da Província para lá (GOMES, 2007). Em 1830, seria instalado, em Olinda, o serviço dos correios (ARAÚJO, 2007). Mesmo decadente, ela demandava maior relacionamento com o Recife, pois nessa época possuía o Seminário e o Curso Jurídico, representando, praticamente, o centro cultural da Província. A inauguração, em 1847, de diligências para Olinda intensifica tal relacionamento e, de fato, a preparou para integrá-la à metrópole que, então, se constituía (ANDRADE, 1979).

Na primeira metade do século XIX, Olinda ocupava uma posição secundária no circuito centro urbano-arrabalde, relativo a Recife. Para Olinda, dava-se uma mobilização de famílias ricas, na “estação calmosa do verão”, usufruindo o que a cidade e o campo podiam oferecer. A década de 1840 apontava para possível intensificação desse fluxo, devido à valorização dos banhos de mar que recrudescerá na segunda metade do século XIX. Na década de 1850, ocorrem diversos fatos em Olinda: transferência do Curso Jurídico (desde 1827) para o Recife (1854); fundação do cemitério público (1856); e visita do Imperador Dom Pedro II (1859), sublinhando que Olinda estava morta como cidade, mas poderia renascer como arrabalde do Recife, principalmente se implantada uma estrada de ferro entre elas (ARAÚJO, 2007).

Na década de 1860, dá-se a construção da Igreja de Santa Cruz dos Milagres (1862), onde havia uma capelinha, desde 1765. Em 1866, foi inaugurada a primeira maxambomba no Recife (GOMES, 2007). Segundo os escritos de Sette (1938), Olinda se ressentia com este fato por ser visitada somente por canoas ou pelas diligências. Mas, foi a partir de 24 de junho de 1870 que os trens da Companhia de Trilhos Urbanos de Recife a Olinda funcionaram, embora no tráfego provisório (ARAÚJO, 2007).

Em 1872, Olinda contava com uma população de 12.419 habitantes. De acordo com Gomes (2007, p. 105), “em 1873, foi aberta pela companhia Trilhos Urbanos do Recife a Olinda e Beberibe, de capitais nacionais, uma nova linha com 12 km de percurso para tender a esses destinos.”



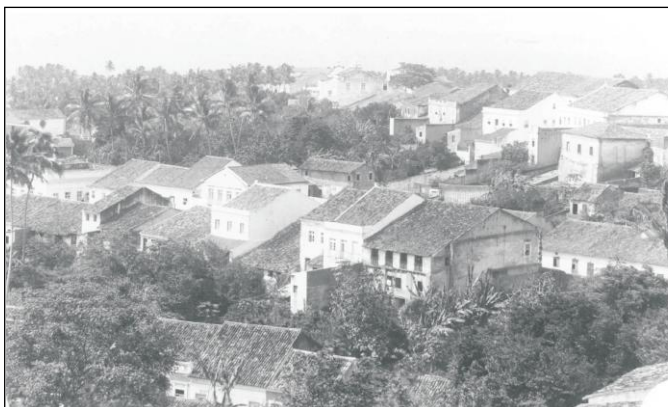
No último quartel do século XIX, a cidade de Olinda podia contar, com melhoramentos urbanos, como o transporte coletivo por via férrea, água e gás – encanados –, em certos trechos da cidade, cujo serviço era prestado pela Companhia de Santa Tereza, a partir de 1872. Foi nesse ano que se inaugurou o primeiro chafariz público, no Varadouro. No último ano do século XIX (1900), Olinda contava com cerca de 20.000 habitantes.

Em 1901, foi edificada uma capela dedicada a São José dos Pescadores, no mesmo local da ermida ali existente, à atual Rua do Sol. A figura ao lado, mostra outros equipamentos implantados em Olinda, em períodos diversos, conforme foram destacados no texto deste artigo.

A chegada do século XX representou o advento de transformações para Olinda: as colinas mais próximas ao mar foram ocupadas por indivíduos que buscavam usufruir da brisa marinha (NOVAES, 1990). Segundo Araújo (2007), houve aumento do fluxo para banhos salgados, principalmente a partir das primeiras décadas do século XX.

A estagnação de Olinda, no que se referia ao seu desenvolvimento territorial, desde a invasão holandesa, levou autores como Andrade (1979) e Menezes (1997) a admitirem que foi pela prática do veraneio, que a cidade passou a incorporar um “renascimento” e uma “nova vida”, respectivamente. Mas, as transformações não foram apenas no tocante à ocupação de novos espaços. Na primeira década do século XX, apontava-se para a necessidade de adequação da forma urbana às dinâmicas vivenciadas com a prática do veraneio, pela qual se estimulou o desenvolvimento territorial da cidade para mais próximo do mar, com a implantação de novas formas morfológicas e formas-conteúdo.

Em 1905, na gestão do prefeito Cornélio Padilha, comprova-se, em Araújo (2007), a autorização da Câmara para a construção de avenida e outras vias que, além da possibilidade de tornar a cidade bela, permitiria o acesso a outros distritos. Assim, o antigo caminho, denominado “rua” dos Trilhos, após os investimentos públicos, passou a se chamar Avenida Sigismundo Gonçalves, com recrudescimento das dívidas do município. Mais tarde, em outra gestão, a referida avenida seria calçada. A fotografia abaixo revela trecho do espaço urbano de Olinda em, 1905.



Também no período, provavelmente para atingir indivíduos que acessavam a cidade e porções litorâneas do município (veraneio), com renda compatível ao projeto da municipalidade, a Prefeitura procurou estimular edificação e povoamento do litoral compreendido do Farol até

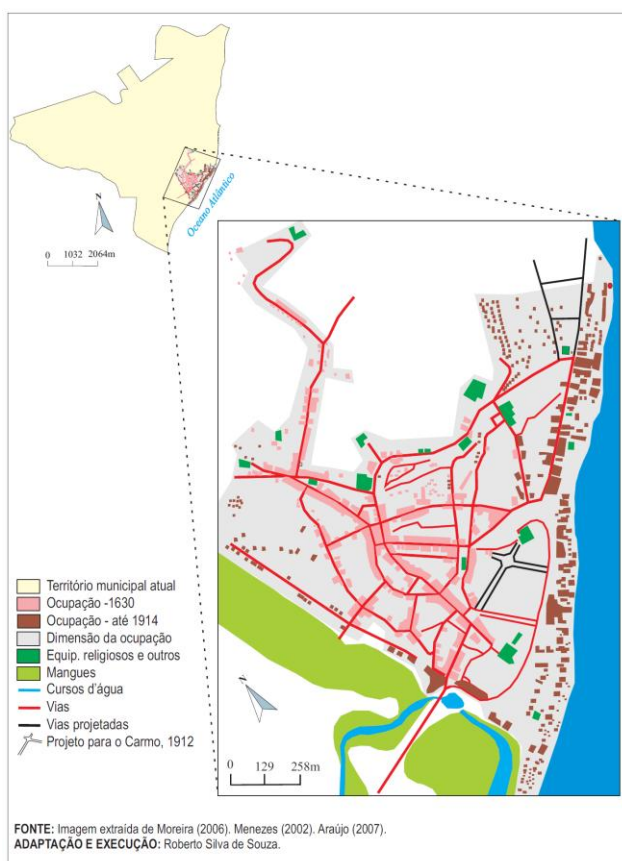
o Rio Doce, elaborando a Lei nº 207, de 15/10/1906, concedendo, por cinco anos, licença para quem edificasse, dispensando-o do teor da lei orçamentária vigente. Porém, esta foi uma estratégia malograda (ARAÚJO, 2007). Se isto acarretaria novas formas para a cidade, vale frisar que formas-aparências antigas, como a do Convento do Carmo (de 1588), já em ruínas, foi destruída, em 1907.

Em 1912, outro projeto, agora para o Carmo, inserido nas concepções de um novo bairro, vislumbrando “inegável soma de valor” para a cidade, foi aprovado, e consistiria em uma renovação urbana que destruiria a colina onde se encontrava a igreja homônima (do século XVI), para abertura de novas vias etc. Devido ser dispendioso aos cofres públicos, além de questões

jurídicas, o projeto se arrastou durante a República Velha, sendo revogada a Lei Municipal n.º 294, de 05/10/1912, na primeira gestão municipal de João Ignácio Cabral de Vasconcelos Filho (1930-1935) – após a vitória da Revolução de 1930, com a República Nova (ARAÚJO, 2007).

Em 1913, Olinda contará com energia elétrica, antecipando-se em seis anos ao Recife. Conseqüentemente, a cidade será servida pelo bonde elétrico, a partir de 1914, quando de sua inauguração no Recife, substituindo a maxambomba, com terminal no Carmo.

Ao confrontar plantas da cidade de Olinda, de 1876 e 1915, Novaes (1990) pôde “constatar que poucas alterações se deram na evolução da cidade, nesse período. Entretanto, a mutilação de prédios de valor histórico continuou” (p. 37). Ele lembrou que, a Igreja de São Pedro Mártir, foi demolida em 1915.



A figura ao lado, mostra os “fios tecidos” pela dinâmica de Olinda: entre 1535 e 1630 – convindo destacar que, antes de 1594, o núcleo estava dividido em duas freguesias: a do Salvador e a de São Pedro Mártir (ANDRADE, 1979); de 1630 até 1914. Neste período, a cidade se estendeu desde o Carmo até ao antigo Farol, cerca de quinhentos metros, grosso modo, na porção nordeste.

Na década de 1920, o serviço do bonde elétrico já podia ser acessado após o Farol. No final do decênio, a municipalidade proibia construções e reconstruções de casas de taipa e

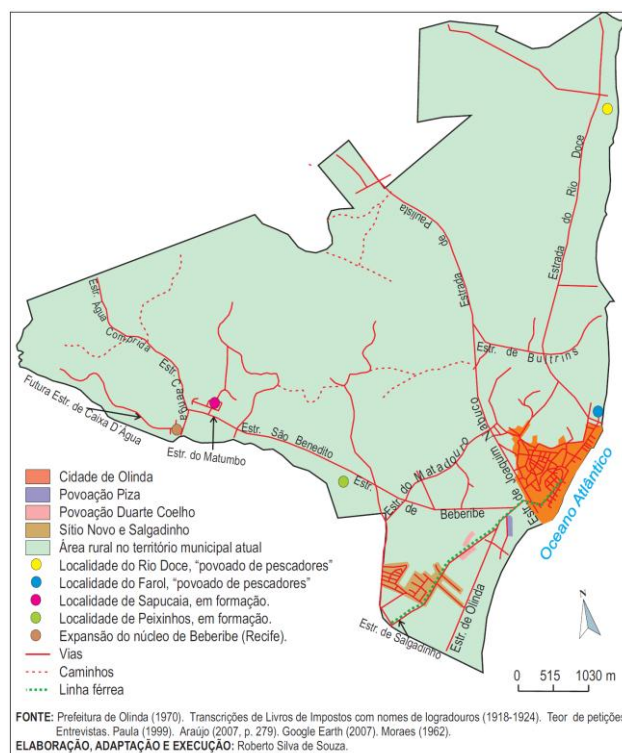
mocambos no perímetro entre o Farol e a Igreja dos Milagres.

A dinâmica do veraneio estimulava a produção imobiliária, oportunizando a reprodução de capitais daqueles que investiam no ramo (aluguéis), inclusive senhores de engenhos, cujos empreendimentos fracassaram (ARAÚJO, 2007).

Em finais da década de 1920, a cidade de Olinda compreendia apenas determinada área do que hoje é concebido como o Sítio Histórico, pois a localidade de Duarte Coelho – e,

provavelmente, a de Piza –, no início da década de 1930, ainda era referenciada como um povoado. Talvez, a localidade dos Milagres já tivesse sido incorporada à cidade, por estar mais próximo ao núcleo original.

No último ano da década de 1920, ou seja, em 1930, a municipalidade aprovou um loteamento, na localidade de Rio Doce, o primeiro no contexto do território municipal atual, porém, por algum motivo, tal parcelamento não se encontra registrado na Prefeitura. A Figura abaixo mostra a configuração do município de Olinda nesse período.



Era o início do período de constituição de leis e decretos, em torno do parcelamento do solo, aprovado e registrado, que ampliaria o espaço físico da cidade, mas no contexto da expansão da metrópole do Recife, caso analisado por Souza (2011).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema que foi discutido aqui, ao colocar em relevo a dimensão do desenvolvimento territorial de Olinda, nos quase primeiros quatro séculos de sua história, vislumbra o papel de diversos agentes que contribuíram para sua evolução: Estado, Igreja, ordens leigas, agentes econômicos e a “população”. Eles foram responsáveis por implantação de equipamentos (formas espaciais), no processo de composição das vias, bem como, pelas estratégias de alguns, de



formas não espaciais (jurídicas), que foram impressas no modo como se deu a urbanização da vila e, depois, cidade de Olinda.

Acredita-se que o resgate histórico-geográfico, ainda que modesto, foi importante não apenas para entender traços gerais da Olinda do passado, mas para contribuir com a ciência e refletir (provavelmente) para as cidades do futuro.

Os dados reunidos, na observação do processo histórico do desenvolvimento territorial de Olinda, revelaram eventos que se encontravam inseridos em outros momentos que se diferenciavam em concepções e percepções, ainda que pautados no contexto do capitalismo. Isto mostrou processos gerais que perpassaram a história do núcleo urbano olindense: dinamismo (1535 a 1630), ruína (1630 a 1654) e estagnação/“renascimento” (1654 a 1930).

Observou-se que, nos primórdios da colonização, houve parcelamento irregular, devido ao critério estabelecido que prestigiava alguns moradores, em detrimento de outros, no que tangia às dimensões de terrenos que seriam doadas. Deste modo, o núcleo evoluiu segundo padrões europeus de interesse e consideração. No período Imperial, a evolução nos transportes, a partir da década de 1840, permitira uma integração maior entre os núcleos de Olinda e Recife, bem como, em tempos posteriores, após concepções de melhorias em vias, com esta mesma intenção.

Constatou-se que um trecho da cidade de Olinda fora cogitado para uma renovação urbana, com vistas ao atendimento do consumo do espaço, pela atividade do veraneio, o que determinaria novas funções à cidade.

Convém frisar, nestas considerações finais, que a atual área do antigo núcleo urbano de Olinda sofreu intervenções, ainda que pequenas, do processo do parcelamento registrado e aprovado pela Prefeitura, incluindo formas residenciais, provenientes de segmentos médios ou altos, de outras temporalidades. Porém, ela poderia ter sofrido processo mais intenso de “modernização”, que se traduziria em destruição de um maior quantitativo de antigas formas, fazendo-as desaparecer, em prol de outras mais recentes.

As ações que surgiram em anos posteriores ao período contemplado por este trabalho, possibilitaram a consolidação da ideologia de preservação do Patrimônio Cultural que Olinda implantara no passado, imbuída nos desejos dos interesses burgueses, apoiados pelo Estado.

Portanto, na década de 1930, os principais monumentos foram tombados. Em 1965, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) mantivera contato com a Unesco, objetivando o provimento da assistência técnica e a legitimação internacional, no que se referia à

preservação, no contexto de uma economia que se internacionalizava. Em 1968, foi constituído um Polígono de Tombamento, cuja alteração, em 1979, ampliou a área tombada, com participação da esfera Federal. Sete anos antes, já se havia cogitado desenvolver Olinda como Centro Turístico e Comercial.

Deste modo, a ação do Estado, a partir do Governo Militar, foi substituindo a ordem urbana concorrencial por aquela monopolista, estabelecendo novos conteúdos às formas-morfológicas, presentes na cidade antiga. As ações que se seguiram estimularam a deflagração da ocupação antiga como Monumento Nacional, em 1980, e, também, como Patrimônio Mundial – Patrimônio Natural e Cultural da Humanidade – pela Unesco, em 1982. Em 1992, foi sancionado documento que estabeleceu a Legislação Urbanística dos Sítios Históricos de Olinda, em substituição à de 1973. Mesmo com instrumentos como este, em vigor, o Sítio Histórico de Olinda foi ameaçado, no final do século XX, de perder o título de Patrimônio da Humanidade, devido ao “descaso”, com os monumentos, que aí se estabelecera. Em 2000, constata-se a preconização da revitalização do Sítio Histórico, por meio do Projeto Monumenta-BID, um programa de preservação do patrimônio histórico urbano. Outras estratégias também surgiram como o início da embutidura dos fios elétricos da cidade histórica.

Enfim, observam-se como processos históricos gerais e especificidades do sítio permitiram o desempenho de determinadas estratégias dos agentes, no desenvolvimento territorial. Isto consentiu certo entendimento da geografia da cidade olindense, no período analisado, vislumbrando-se a herança, transmitida pelo modo como se efetivou a evolução urbana, possibilitando, nas últimas décadas, a constatação de novas estratégias.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

\_\_\_\_\_. A apropriação do território no Brasil colonial. In: Castro, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro, Bertrand, 1997, p. 197-245.

AMÉRICA do Sul. Mapa político. Disponível em: <<http://mapastocolando.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 16 nov. 2012.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Recife: problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida*. Recife: Universitária, 1979.

\_\_\_\_\_. *Pernambuco imortal: evolução histórica e social de Pernambuco*. Recife: CEPE, 1997.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. *As praias e os dias: história social das praias do Recife e de Olinda*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.

BARROS, José D'Assunção. *Cidade e história*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo (Séculos XV-XVIII): as estruturas do cotidiano*. Trad. Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. *Olinda do salvador do mundo*. Recife: ASA Pernambuco, 1986.

DUARTE, Luiz Vital. *Olinda na formação da nacionalidade*. Recife: UFRPE, 1976.

FERREIRA, Lupércio Gonçalves. *Olinda desde ontem*. Recife: COMUNIGRAF, 1997.

GEORGE, Pierre. *Geografia urbana*. Trad. Grupo de Estudos Franceses de Interpretação e Tradução. São Paulo: Difel, 1983.

GOMES, Edvânia Tôrres Aguiar. *Recortes de paisagens na cidade do Recife: uma abordagem geográfica*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2007.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Trad. Américo Jacobina Lacombe. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1990. (Coleção Reconquista do Brasil. 2. série; v. 157).

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Trad. Luís da Câmara Cascudo. 12. ed. Rio-São Paulo-Fortaleza: ABC, 2003. Vol. 1.

LUBAMBO, Manoel. Olinda, sua evolução urbana no século XVI. In: *Anuário de Olinda*, Olinda, n. 10, dez. 1956. p. 115-123.

MANGUINHO, Gaston. Galeria de olindenses ilustres. In: *Anuário de Olinda*, Olinda, n. 10, dez. 1956. p. 76-99.

MELLO, José Antônio Gonçalves de. *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

MENEZES, José Luiz Mota. Olinda evolução urbana. In: Prefeitura Municipal de Olinda. *Construindo um querer coletivo: o processo de elaboração do Plano Diretor*, 1997. p.12-24.

\_\_\_\_\_. Olinda. *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, n. 60, mar. 2002.

\_\_\_\_\_. Olinda, PE. In: PESSOA, José; PICCINATO, Giorgio (Org.). *Atlas de centros históricos do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007a.

\_\_\_\_\_. Olinda e Recife antes de 1630. In: GALINDO, Marcos (Org.). *Viver e morrer no Brasil holandês*. Recife: FUNDAJ/MASSANGANA, 2007b.

MESORREGIÃO Metropolitana do Recife. Mapa. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=625278&page=22>>. Acesso em: 16 nov. 2012.

MOREIRA, André Renato Pina. *Transformações dos espaços de habitação do Sítio Histórico de Olinda*, 2006, 179 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

NASCIMENTO, Eliane Maria Vasconcelos do. *Memória de Olinda: história, psicanálise, paixão e arte*. Salvador: EDUFBA, 2009.

NOVAES, Ferdinando. *Olinda: evolução urbana*. Recife: FUNDARPE, 1990.

PREFEITURA DE OLINDA. *Plano de Desenvolvimento Local Integrado*. Olinda, 1972. v.1, t. I.

\_\_\_\_\_. *Projeto Foral de Olinda: Relatório Final*. Olinda: Prefeitura de Olinda, 1996.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução urbana do Brasil: 1500/1720*. São Paulo: Livraria Pioneira/EDUSP, 1968.

SETTE, Mário. *Maxambombas e maracatus*. 2. ed. Recife: Livraria Universal, 1938.

SOUZA, Roberto Silva de. *Território municipal de Olinda (PE): parcelamento do solo e diversidade dos espaços urbanos na Região Metropolitana do Recife*, 2011, 347 f. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Geografia, Universid. Federal de Pernambuco, Recife.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A cidade da geografia no Brasil. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994. p. 63-77.

\_\_\_\_\_. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; SILVA, Sylvio Bandeira de Mello (Orgs.). *Novos Estudos da Geografia Urbana Brasileira*. Salvador: Edufba, 1999. p.191-201.

\_\_\_\_\_. Salvador: transformações e permanências (1549-1999). Ilhéus: Editus, 2002.

\_\_\_\_\_. *Destinos paralelos: as aglomerações de Olinda-Recife e Salvador: uma homenagem a Manuel Correia de Andrade*. Coleção Textos de Graduação, Salvador, v. 3, n. 1, p.105-123, 2004.